

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.223 - SP (2019/0296919-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : WELTON ANTONIO DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : WELTON ANTONIO DA SILVA SANTOS - SP414817
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARY ELLEN ADORNO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARY ELLEN ADORNO apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2165443-08.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que a paciente encontra-se preventivamente segregada em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 288, parágrafo único, 157, § 3º, por quatro vezes, c/c art. 70, todos do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/90.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a prisão foi decretada exclusivamente com base na gravidade abstrata do crime.

Requer, liminarmente, que a paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *mandamus*. E, no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição por outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 49-50):

[...]

Com efeito, a despeito do alegado na impetração, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva e a que indeferiu o pedido de revogação da custódia foram fundamentadas (fls. 65/66 e 311/313 na origem).

De fato, exsurtem indícios de autoria e materialidade, visto que a paciente teria dado cobertura à empreitada criminosa, bem como foi vista por populares tentando ajudar o corréu Bruno, seu namorado que havia trocado tiros com o policial militar a fugir do local, sem desprezar que em seu celular havia fotografias do corréu e da arma

Superior Tribunal de Justiça

de fogo usada no crime (cf. Relatório Policial a fls. 74/75 na origem e declarações das vítimas a fls. 20 e 136/137 na origem).

Ademais, em face da gravidade concreta extraída do modus operandi dos crimes em tese praticados, em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo e violência e grave ameaça contra as vítimas, resultando na morte de um policial militar, tendo a paciente, ainda, tentado auxiliar na fuga do corréu Bruno, denota-se a sua periculosidade.

Dessa forma, não se verifica constrangimento ilegal na prisão preventiva para a garantia da ordem pública, da instrução criminal e aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP.

[...]

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator